

# | O colapso do figurino francês\*

de Nildo Ouriques

## **A colonização das ciências sociais no Brasil**

### **The colonization of social sciences in Brazil**

Waldir José Rampinelli\*\*

Os estudos das ciências sociais no Brasil, na sua imensa maioria, padecem de um colonialismo cultural europeu e estadunidense, cabendo as universidades serem as divulgadoras do pensamento importado. O filósofo Paulo Arantes descreveu a experiência filosófica da Universidade de São Paulo (USP) como a expressão de um “departamento francês de ultramar”, tamanho era o número de professores europeus dando aulas em seus próprios idiomas nesta instituição de ensino superior. Nildo Ouriques não poupa críticas a esta ideologia eurocêntrica e pan-americana que vai marcar o Brasil até os dias de hoje. O eurocentrismo e o pan-americanismo não apenas distorcem a compreensão dos *outros*, como também, simetricamente, a sua própria autocompreensão, ao conceber-se como centros e únicos sujeitos da história da modernidade.

A crítica à ideologia eurocêntrica e pan-americana cobra força já ao longo do século XIX, em toda a América Latina. Simón Bolívar, na Carta de Jamaica (1815), faz duras críticas à Europa, principalmente à Espanha, por sua conquista não apenas territorial como também cultural. Lembra que depois de 300 anos de colonialismo, já “não somos índios nem europeus, mas uma espécie intermediária entre legítimos proprietários do país, e os usurpadores espanhóis” E arremata contra a sorte dos reis espanhóis, já que estes quando perdem o trono, são tratados como ‘sua majestade’, enquanto os americanos “sofrem tormentos inauditos e os vilipêndios mais vergonhosos”.

---

\* Florianópolis: Editora Insular, 2014.

\*\* Doutor em Ciências Sociais; professor Titular do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis-SC, Brasil. End. eletrônico: waldir.rampinelli@ufsc.br

Por sua vez, José Martí, no documento *Nossa América* (1891) é muito mais contundente, quando chama de “bribones” aos nascidos na América que se envergonham de suas raízes históricas e defende que nossa história seja ensinada nos mínimos detalhes, ainda que não se aprenda a dos arcontes da Grécia. E completa: “A universidade européia tem que ceder à universidade americana”. Manuel Ugarte, na Argentina e Manoel Bomfim, no Brasil são outros exemplos de críticos do colonialismo cultural.

No prefácio do *Colapso do figurino francês*, Nildo Ouriques mostra que os programas de pesquisa com seus respectivos financiamentos e convênios internacionais estão pautados por uma dupla função, qual seja (i) uma redução da universidade a mera formadora de mão de obra e a (ii) uma redução da universidade a instrumento de um colonialismo mental, cultural e científico. Este academicismo anti-intelectual é altamente colonizante e “uma peça para garantir a ideologia segundo a qual um país dependente – porém democrático e com algumas moléculas de justiça social – é tudo o que podemos conquistar” (p. 15-16) Enquanto a universidade francesa e a estadunidense estão à serviço da grandeza nacional ou do poderio imperialista de seus países, a latino-americana é uma repetidora dos centros de ensino das metrópoles. Michael Klare chegou a nominar de “quarto poder” aos intelectuais dos Estados Unidos na defesa dos interesses da pátria expansionista.

Para superar toda esta dependência, Ouriques aponta o rumo da *universidade necessária*, “cuja função é participar organicamente do esforço nacional pela superação do subdesenvolvimento e da dependência ao exibir as limitações estruturais do capitalismo dependente, tanto na versão neoliberal quanto na desenvolvimentista” (p. 12).

O *colapso do figurino francês* está dividido em oito capítulos, sem mencioná-los numericamente, entretanto. Alguns mais consistentes como o *intelectual militante* ou um *genial intelectual antiacadêmico* e outros menos, como o *populismo radical*. No entanto, o grande tema do livro é uma crítica dura e contundente à produção das ciências sociais na USP, não poupando nomes, mesmo aqueles que sempre foram apresentados como ícones no campo da esquerda, como o sociólogo Francisco de Oliveira. Ao mesmo tempo, tece elogios e analisa o trabalho do intelectual militante, como Florestan Fernandes ou do intelectual antiacadêmico, como André Gunder Frank. Florestan, com certeza, é um dos pontos altos do livro, no qual Nildo Ouriques consegue captar toda a sua obra, expondo-a e analisando-a. Embora esta informação não apareça no *Colapso do figurino francês*, o deputado Ivan Valente informou que Florestan leu o ensaio e comentou que “o menino fez um trabalho profundo sobre o que escrevi”. “E o velho *Floresta*”, continua Ivan, “era parco no elogio”.

A grande crítica à USP se dá por conta do seu desenvolvimento das ciências sociais no Brasil antagonicamente ao “mais importante movimento de idéias já criado na América Latina, a teoria marxista da dependência”. Brasileiros, como Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos e Vânia Bambirra tiveram um papel fundamental na formulação e na criação desta teoria. Por conta de suas atuações políticas, suas criações teóricas e seus engajamentos nas lutas contra a ditadura cívico-militar de 1964 amargaram um largo exílio, tendo recebido um reconhecimento internacional por seu aporte às ciências sociais em geral, enquanto eram censurados internamente por seus pares nas universidades. Alguns de seus livros, depois de serem publicados em vários idiomas, somente agora saem em português.

O autor também aborda o nacionalismo em seu livro, tema horripilante para os acadêmicos colonizados. Na verdade, muitos autores trataram de aproximar marxismo e nacionalismo, chegando a teorizar sobre a visão marxista do nacionalismo com grandes resultados. O nacionalismo, que assume características revolucionárias em vários países latino-americanos, desencadeou um amplo processo de mudança por meio de um novo constitucionalismo. Temas como, por exemplo, a democracia, a economia, a diplomacia, a cultura e a história, cujos conceitos e conteúdos sempre foram impostos pelas ideologias eurocêntrica e pan-americana, estão sendo duramente questionados em certas partes de nosso continente e, em alguns países, superados. As novas Constituições, discutidas e votadas pelo povo por meio de processos constituintes, já incorporaram em seus artigos a plurinacionalidade, a pluriculturalidade, a pluriétnicidade, o poder popular, a justiça comunitária, a defesa das riquezas nacionais a serviço de suas populações e, uma delas, a boliviana, adotou outros modos de produção – o *ayllu* – que não o capitalista clássico. É a refundação da República com uma descolonização da mente e uma redescoberta da própria história. Isso preocupa tanto o Departamento de Estado, em Washington, que o *Documento de Santa Fé II, uma estratégia para a América Latina para a década de 1990* já dizia que “o matrimônio do comunismo com o nacionalismo na América Latina representa o maior perigo para a região e os interesses dos Estados Unidos”.

Depois de trezentos anos de colonialismo seguidos de duzentos de neocolonialismo que serviram para transferir nosso excedente econômico às metrópoles e para aprofundar a ideologia de que “raças superiores” fazem história enquanto que as “inferiores” carecem dela, o nacionalismo revolucionário pode significar o começo do fim dessa dominação e a busca por uma igualdade racial, ou seja, o banimento da colônia que continuou vivendo na República, como diziam José Martí e José Carlos Mariátegui. Nildo não cita Leonel de Moura Brizola, uma lacuna, já que seu nacionalismo marca toda a segunda parte do século XX no Brasil. Um homem à esquerda dos presidentes João Goulart e Getúlio Vargas.

Por que ler o *Colapso*, então? Porque é um livro que revoluciona a visão que se teve até, então, das ciências sociais no Brasil. Ele é um marco. Analisa, denuncia e apresenta uma nova proposta para que a universidade brasileira avance com sua inteligência, seu conhecimento e sua ciência na direção da grandiosidade do país e não dos centros metropolitanos internacionais. Assim como o Brasil precisa se libertar da hegemonia da USP, nossas instituições de ensino superior têm que pautar seus programas, da graduação à pós-graduação, na perspectiva da ruptura da dependência que nos acompanha desde 1492, quando a modernidade capitalista – que nada mais foi do que uma barbárie – invadiu estas terras de povos desenvolvidos para os padrões da época.